

PUBLICAÇÕES EDIPUCRS

Maria da Glória Bordini e Regina Zilberman (Orgs.)

O TEMPO E O VENTO:

história, invenção e metamorfose

Literatura Brasileira/Grandes Obras n.º 1

2004, 208p.

Os pedidos deverão ser encaminhados à:

EDIPUCRS

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33

Caixa Postal 1429

90619-900 - Porto Alegre - RS/BRASIL

www.pucrs.br/edipucrs/

E-mail edipucrs@pucrs.br

Fone/Fax: (51) 3320.3523

Competência lexical, dicionário e discurso: encontros e estranhamentos

Marisa Magnus Smith
PUCRS

O presente texto tem o objetivo de propor algumas reflexões sobre a relação entre léxico e dicionário, aquele visto como patrimônio individual e social e este, como espaço de atualização e consolidação de formações discursivas e ideológicas instanciadas sócio-historicamente.

1 Competência lexical: uma visão de sistema

Para conhecer uma língua natural é preciso dominar todo o conjunto de suas regras gramaticais, mas apenas uma fatia de seu vocabulário (Katz e Fodor, 1977).

A competência lexical dos falantes de uma língua compartilha com as demais – temática, textual, gramatical, pragmática, discursiva – a responsabilidade de prover recursos para uma comunicação bem sucedida. Duas dessas interfaces são particularmente interessantes, e nos valem como ponto de partida para análise. Trata-se das relações léxico/gramática e léxico/discurso.

Aceita-se, especialmente depois de Chomsky, que o material lingüístico de que uma língua é feita se constitui de um conjunto de regras de estrutura frasal (a gramática) e de um léxico. Como duas faces de uma mesma moeda, esses componentes interagem continuamente, fornecendo a matéria-prima com que se constroem os textos. Dominar as estruturas de uma língua equivaleria, nessa perspectiva, basicamente, a ter competência gramatical e lexical. Hoje se compreende que é preciso muito mais do que isso para se

fazer funcionar a comunicação verbal, mas a existência desses componentes na base de todo sistema lingüístico permanece inquestionável.

Não obstante serem indissociáveis, gramática e léxico têm natureza muito distinta. Enquanto aquela está ao alcance de todos os falantes, na medida em que estes dominam e partilham um sistema de regras finito e, por isso, pelo menos em nível ideal, passível de descrição, este é não-determinado, não-definível e, portanto, não-redutível a cálculo e descrição exatos. Há, sabe-se, esforços de semanticistas e lexicólogos no sentido de propor modelos de análise lexical e semântica, mas nenhuma teoria parece apreender inteiramente os fenômenos referentes aos significados na língua.

De todo modo, é possível, em relação ao léxico, elaborar prospecções em diferentes estratos. Assim, estima-se que o vocabulário de uma língua de cultura comporta algo em torno de 400 mil palavras, aí incluída a nomenclatura terminológica, e que o vocabulário médio de um indivíduo situa-se por volta das 20 mil palavras. Calcula-se, igualmente, que o léxico de um falante culto corresponda, em geral, a um décimo do total das palavras de seu idioma.

Se aceitarmos essas estimativas e o fato de que cada indivíduo, de acordo com sua circunstância, apropria-se de um recorte particular do vocabulário do seu idioma, será fácil perceber que o sistema lexical de uma língua constitui um universo de contornos cambiantes, que só existe como unidade para a totalidade de seus usuários – muito embora estes não logrem apossar-se dessa totalidade – e jamais para um indivíduo em particular. Nessa medida, e valendo-nos novamente da comparação entre gramática e léxico, é possível concluir que, no que diz respeito à gramática de uma língua, um usuário pode representar todos os usuários, porque cada usuário domina todo o universo, porém, no que concerne ao léxico, um usuário representa apenas o seu mundo, parte desse universo. Ou, parodiando Gregório de Matos: se, no que concerne à gramática, “o todo está na parte e a parte está no todo”, no que diz respeito ao léxico, apenas a parte está no todo.

Tal fenômeno ocorre porque a essência da gramática é a forma, enquanto a do léxico é o conteúdo, um inventário aberto, historicamente construído, profunda e irremediavelmente associado ao conhecimento de mundo, que se oferece a cada falante como canal permanente e fertilizador de enriquecimento, e do qual cada um se apropria, de forma mais ou menos independente, conforme quer e pode.

Essa apropriação é tarefa para uma vida, que se inicia antes mesmo de articularmos as primeiras palavras, quando somos expostos aos primeiros conceitos sobre o mundo, e prossegue por assimilação progressiva durante toda a existência, constituindo, segundo Fiorin, nossa consciência e nossa maneira de pensar o mundo (1990, p. 19). Ao se incorporar ao léxico – individual ou social – cada novo conceito é reconceptualizado a partir de conceitos pré-existentes e de nosso conhecimento de mundo, nosso sistema de crenças, etc. Nesse sentido, a competência lexical é decisiva para traduzir o conjunto de elementos semânticos habitualmente usado nos discursos de uma determinada época, e que “constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social” (Fiorin, 1990, p. 19).

O conhecimento lexical ganha forte incremento ao longo da vida escolar e acadêmica, sempre balizado pela voz autorizada para dizer a “verdade” sobre as palavras: o dicionário. Das obras que regulam e mantêm a tradição lingüística, certamente o dicionário é a mais prestigiada: a maioria das famílias letradas não têm uma gramática em sua casa, mas quase todas possuem um dicionário. Nesse sentido, a duvidosa expressão “pai dos burros” é sintomática de uma cultura – e de um discurso – que coloca em pólos distintos o falante, que ignora, (o “burro”), e o lexicógrafo, que conhece, (“o pai”, o protetor, o que resolve todos os problemas), uma cultura e um discurso que se manifestam em frases como: “Se ainda não está no dicionário, não é português.”

Para além de seu caráter utilitário, este objeto cultural constitui-se, também, conforme Buzon (1977, p. 44), como um signo de realinhamento, de auto-reconhecimento, já que a consulta ao dicionário permitiria ao falante, por meio de uma relação narcísica (eu reconheço a mim no olhar do outro), reconhecer-se entre seus pares.

Caberia, a esta altura, a seguinte questão: O dicionário se situa no nível da língua ou no nível do discurso? É o que tentaremos responder a seguir, sem compromisso com a exaustividade, em duas perspectivas: a análise contrastiva de alguns itens lexicalizados e uma breve reflexão sobre a presença de estrangeirismos em dicionários.

2 Dicionário, língua e discurso

A determinação ideológica revela-se no componente semântico do discurso (José Luiz Fiorin, 1990).

Todo dicionário tem por objeto duas realidades distintas, que implicam dois tipos de abordagem: de um lado, um componente lexical, parte de um sistema passível de descrição segundo regras morfossintáticas e morfossemânticas; de outro, o léxico em funcionamento, objeto social, cultural, historicamente instanciado. Em sentido micro – o das entradas lexicais – não hesitaríamos em afirmar que o dicionário se organiza no nível da língua. Em sentido macro, porém, como texto que é, está irremediavelmente comprometido com o discurso, já que, ao se propor descrever um dado momento da história interna e externa do idioma, um estado de coisas do saber compartilhado e a compartilhar pelos falantes, o dicionarista opera um recorte sócio-histórico-cultural, refletindo dilemas e contradições, falhas e riquezas da língua em uso; manipulando o discurso dominante e o jogo dos contrários; reforçando/rejeitando as formações ideológicas que constituem o substrato das comunicações verbais. Ou seja: como qualquer outro discurso articulado, o texto do dicionário resulta de uma problematização complexa, que o dicionarista vai resolvendo à medida que percorre níveis também progressivamente mais complexos: desde a escolha das unidades semânticas, passando pelas informações e explicações que as acompanham, até a exemplificação que ilustra cada unidade, há um mundo de decisões epistemológicas e discursivas.

Nesse sentido, sustentam Rey e Delesalle que um dicionário constitui: a) uma imagem parcial, mas relativamente significativa, do discurso valorizado por uma dada cultura; b) um instrumento para uma hermenêutica sociocultural cuja matéria-prima nunca será exaustiva nem homogênea; c) a expressão de estereótipos cambiantes, clichês de pensamento e de expressão; d) uma descrição de regularidades parciais que correspondem a determinados usos da língua; e) uma sistematização possível do que se convencionou chamar semântica das unidades de uma língua (1979, p. 26).

Paradoxalmente, a língua “em estado de dicionário” – como de resto toda tentativa de descrever uma língua natural – não é a língua das comunicações sociais, exatamente; trata-se de uma imagem congelada, de um recorte predeterminado por restrições causais de várias ordens. Assim, mesmo no caso dos “thesaurus”, escapa à capacidade do lexicógrafo dar conta da integralidade dos sentidos da língua, como lhe escapa, igualmente, registrar a totalidade das múltiplas dimensões semânticas da palavra e, sobretudo, seu funcionamento no plano ideológico.

Ainda assim, se falar é agir sobre o outro, a fala do dicionarista – pelo “status” de discurso autorizado, pelo viés pedagógico, pela abonação dos “bons autores” selecionados para sustentar as acepções, pela força da repetição e da permanência – é, para o bem ou para o mal, a voz por excelência para reproduzir/construir formações discursivas e para consolidar “verdades”.

3 Conceitos e conceitos

O significado de uma palavra só pode ser apreendido a partir do discurso, responsável pela ordem cultural e conceptual, isto é, pela ideologia (Christian Buzon, 1979).

Em artigo denominado “Dicionarização no Brasil: condições e processos”, José Horta Nunes (2002, p. 107-109) identifica, na história da lexicalização no Brasil, as seguintes condições: territorialidade, urbanização, administração do território, institucionalização, contatos lingüísticos, identidade nacional, influência de teorias, domínios conexos e, tecnologias. Embora fuja ao escopo deste artigo analisar em detalhe essas condições, é pertinente observar brevemente como podem agir esses condicionamentos sobre o saber lexicalizado, o que faremos tomando como ponto de partida o valor “urbanização”.

Para mostrar o prestígio que a imagem do “homem urbano escolarizado” teve a partir de um dado momento na constituição da sociedade brasileira, Nunes (2002, p. 109) analisa um verbete encontrado no dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul, de Coruja, datado de 1852 – a “Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”. Nele se lê:

PRACISTA, adj. (deriv. de praça) o que vivendo no campo, mostra mais alguma civilização por ter feito viagens às cidades e nelas ter praticado com pessoas de educação.

Observa Nunes que “o dicionário constrói assim uma imagem da cidade enquanto lugar de civilização e de escolarização, em oposição ao campo [...]. Deste modo, a dicionarização vai conformando a imagem de um ‘sujeito urbano escolarizado’.” Poderíamos acrescentar que os subentendidos do texto desvalorizam tanto o “pracista” quanto os demais moradores rurais, na medida em que aquele mostra “mais alguma civilização”, apenas, e estes não contam nem com civilização, nem educação. Ou seja: não pertencendo à “urbe”, o indivíduo é mal/não-educado e não-civilizado, podendo, quando muito, aspirar a “alguma” civilização, desde que em contato com as pessoas da cidade, essas sim, “de educação”.

Em outro artigo (1998, p. 38), em que analisa o papel das produções lexicográficas como elementos de consolidação e legitimação do que denomina “uma língua nacional brasileira”, Nunes apresenta um exemplo retirado do “Dicionário brasileiro de língua portuguesa”, de Macedo Soares, publicação em 1888:

BUGRE. sm. 1º índio Brasil, índio brabo, indígena no estado primitivo. 2º índio manso, já domesticado, aldeado. 3º selvagem, grosseiro, estúpido, pérfido, desconfiado.

O autor salienta o caráter pejorativo que advém da oposição índio brabo/índio manso, e a progressão que vai de “selvagem” (leia-se “indígena em estado primitivo”) a “pérfido”, ponderando que, à medida que o indígena se integra à sociedade, acumulam-se os traços negativos. Dois aspectos mais são dignos de nota, em nossa avaliação: a força argumentativa do modalizador “já”, que permite inferir que índios são criaturas (?) destinadas a serem domesticadas, condição para que deixem de ter as características negativas explicitadas em 3º, e a oposição entre “manso” e “feroz”, pois se o índio já domesticado se torna “manso” (qualidade, aliás, originariamente atribuída a animais), aquele em estado primitivo é “feroz”, conceito, convenhamos, no mínimo discutível. Feroz para quem? Em que circunstâncias? Na defesa de seu território, de suas mulheres, de sua cultura, contra o branco predador?

Nesse sentido, toda razão assiste a Fiorin, quando nos adverte que o discurso carrega estereótipos dos comportamentos humanos valorizados positiva ou negativamente: “figuras como ‘negro’, ‘comunista’, têm um conteúdo cheio de preconceitos, aversões e hostilidades, ao passo que outras, como ‘branco’, ‘esposa’, estão impregnadas de sentimentos positivos” (1990, p. 55).

É justamente um desses vocábulos carregados de força negativa que Girardin (1979, p. 85) analisa, em artigo denominado “Conteúdo, uso social e interditos no dicionário”, a partir da definição do vocábulo “negro” em dois dicionários do século XVIII: o *Dicionário Universal*, de Furatière, de 1727, e o *Manual Léxico*, do Abade Prévost, de 1750.

No primeiro, o verbete diz, aproximadamente (tradução nossa):

NEGRO – adj. m. e f. Escravo preto que se traz da costa da África e se vende nas ilhas da América para a cultura do milho, e no continente para trabalhar nas minas, nas usinas açucareiras, etc. O comércio de negros se faz em todas as nações que possuem estabelecimentos nas Índias Ocidentais. Esses escravos são obtidos de diferentes maneiras: uns, para evitar a fome, vendem-se a si mesmos, a seus filhos e às mulheres. Outros são feitos prisioneiros em guerra. É difícil, ainda assim, justificar o comércio de negros.

Já no *Manual Léxico*, de Prévost, 1750, o verbete anuncia:

NEGRO – s. m. Palavra originada do latim “niger”, que significa preto. O uso a fez denominar em geral a todas as criaturas humanas que têm a pele preta, mas particularmente aos infelizes habitantes de diversas partes da África que os europeus compram para o trabalho em suas colônias. Médicos têm feito extensas pesquisas sobre a origem da “noirceur” (do original) em vários países.

Analisando inicialmente Furetière, cabe observar o modo como as ações são apresentadas: “Escravo que se traz da costa da África”, “se vende”, “O comércio de negros se faz”, “Esses escravos são obtidos”, “uns vendem-se a si mesmos”, “Outros são feitos prisioneiros em guerra”. Ou seja: pelo apagamento do agente, obtido com as estruturas passivas, o dicionarista retira a responsabilidade (pelo tráfico) do branco escravista em geral e do comerciante negreiro em particular. Além disso, atribui tal ônus ao próprio negro: ou eles vendem-se a si mesmos – o que se torna mais trágico e repulsivo na medida em que vendem também suas mulheres e filhos –, ou são feitos prisioneiros de guerra, justificando-se subliminarmente sua destinação ao cativeiro. E mais: além de não ter origem, pátria, nação (“que se traz da África” é diferente de “habitante da/nascido na África”), o negro só existe enquanto escravo – não há lugar para outra acepção no verbete. O comentário final do verbete, “É difícil, ainda assim, justificar o comércio de negros”, é igualmente emblemático. Em primeiro lugar, porque se trata de um “comércio”, como qualquer outro, e não de “tráfico”; em segundo, porque, se é difícil justificar esse comércio, é porque o discurso dominante o considera justo; finalmente, porque o autor, de alguma forma comprometido com as formações ideológicas de seu tempo, consegue, no máximo, mostrar-se pouco confortável com esse comércio.

Já a voz de Prévost apresenta um caráter mais humanista, evidente em expressões como “todas as criaturas humanas”, “infelizes habitantes”, e não se furta a explicitar o agente: “que os europeus compram para o trabalho”. Não obstante esse olhar mais humanizado, as condições de extremo sofrimento a que são submetidos os negros é apresentada como “trabalho em suas colônias”, omitindo-se até mesmo a palavra “escravo”. O comentário aparentemente extemporâneo “Médicos têm feito extensas pesquisas sobre a origem da ‘noirceur’ em vários países” parece compatível com o intenso interesse pelo pensamento científico na Europa de então.

Ainda sobre o mesmo vocábulo, para efeito de comparação, buscamos alguns exemplos no português. O primeiro, desdobrado em duas entradas, pertence ao *Novo Dicionário Encyclopedico Ilustrado de Língua Portuguesa*, elaborado por Simões da Fonseca mas, na obra estudada, "inteiramente refundido, acrescentado, melhorado" por João Ribeiro e editado pela Garnier em 1926:

Negro. adj. – Preto, escuro / Triste, luctuoso. Horrendo, hediondo. / Odioso, nefando, execrável. / Adverso, funesto. / Maldicto, condenado. / Ponto negro, pequena nuvem prenunciativa de temporal. / Facto culpavel e criminoso na vida de alguém. / Ver tudo negro, ter tristes pressentimentos. / Mão negra, sociedade secreta de extorsão sob ameaça de morte. Camorra.

Negro. s.m. – Homem de raça negra, preto.

O segundo encontra-se no *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Eduardo Pinheiro, editado em Lisboa, pela Livraria Figueirinhas, s.d.

Negro – escravo, aquele que trabalha muito, horrendo, tétrico, ameaçador, vil, indigno, requeimado, escurecido pelo tempo ou pelo sol.

No primeiro caso, é de notar-se que a separação entre o substantivo e o adjetivo de alguma forma afasta "homem da raça negra" da série de acepções negativas, neutralizando, em certa medida, uma relação que se encontra na maioria dos dicionários. No segundo caso, a seqüência iniciada por "escravo, aquele que trabalha muito" instaura um efeito de ambigüidade, já que a adjetivação subsequente pode ser atribuída ao escravo: se ele trabalha muito, fica requeimado, escurecido pelo tempo e pelo sol, e daí a incorporar os outros atributos ao negro é tentador, especialmente se considerarmos que, em princípio, o consulente busca no dicionário respostas para o que não conhece, ou confirmação para o que já intui.

Dois exemplos contemporâneos finalizam esta breve incursão pela lexia "negro". O primeiro, traduzido do *Merriam-Webster Online Dictionary*, encontrado no site *Britannica Online* (2004):

NEGRO. Algumas vezes ofensivo: membro de uma raça humana nativa da África e classificada de acordo com o físico, com a aparência (como a pigmentação negra da pele).

É um bom exemplar dos tempos do "politicamente correto". Não só a expressão "membro da raça humana" admite o negro – conforme Prévost já fizera – como representante de uma das raças que compõem a humanidade, como a menção ao caráter ofensivo

da palavra (não encontrada nos casos anteriores) sinaliza um certo respeito ao negro, bem como uma advertência ao consulente. Só faltou a recomendação: Prefira "afrodescendente".

Por fim, a versão (no que interessa, porque é longa) do nosso mais recente "thesaurus", o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001, p. 2006):

NEGRO s.m. a cor do piche, preto. Adj.s.m. 2 diz-se de ou indivíduo de etnia negra. Adj. Que apresenta a cor negra. 4 diz-se dessa cor [...] ETIM lat. niger, gra, grum 'negro, que tem a pele escura', sombrio, escuro, tenebroso; sXIII é a data para o adjetivo 'que apresenta a cor negra'; sXV é a data para o substantivo 'a cor do piche'; SIN/VAR ver antonímia de malvado, sujo; ANT alvo, branco, claro. [...]

Comparativamente, não se pode deixar de observar a grande diferença no que diz respeito aos qualificadores presentes em João Ribeiro (1926) e Eduardo Pinheiro (s.d.), como de resto em todas as demais obras da primeira metade do século passado que compilamos. Considerando que Houaiss (2001) se pretende a maior e melhor descrição do léxico da língua portuguesa, não é razoável pensar que a omissão das acepções adjetivais "escuro, triste, luctuoso, horrendo, hediondo, odioso, nefando, execrável, adverso, funesto, maldicto, condenado, tétrico, ameaçador, vil, indigno" se deva a restrições de espaço. Por outro lado, é de se perguntar se, sendo tantas, todas se tornaram obsoletas como sinônimos de "negro", ou se o dicionarista operou um recorte "politicamente correto", delas restando apenas "sombrio", "escuro", "tenebroso". Uma resposta mais confiável demandaria uma extensa pesquisa; na impossibilidade de fazê-lo, resta ao usuário crer no lexicógrafo, o qual, de seu lugar de "pai dos burros", consolida a(s) verdade(s).

Como se observa, os parâmetros que balizam as escolhas do dicionarista são cruciais para o reforço ou o enfraquecimento das formações discursivas em que vivem, movem-se e atuam os falantes – e das formações ideológicas que sustentam esses discursos cruzados. Mais uma vez, então, percebe-se o extraordinário poder do lexicógrafo sobre as palavras e os conceitos que nos constituem e com os quais constituímos pensamentos e sentimentos.

4 Os estrangeirismos

Por a invenção das cousas, a que he necessario darlhe seus vocabulos (Duarte Nunes Leão, em *Origem da lingua portuguesa*, 1606).

A presença de palavras de origem estrangeira no dicionário está sujeita, em princípio, às condições gerais de produção dos discursos, com a diferença de que a essas agregam-se outras, instauradas pelo modo como vemos e sentimos, como usuários, cada estrangeirismo – e, principalmente, como reagimos ao poder simbólico que ele, seu país de origem e seus falantes ostentam.

Pode parecer, à primeira vista, que nunca houve tantos estrangeirismos rondando o vernáculo como hoje, impressão justificável, se considerarmos a presença de vocábulos alienígenas na linguagem da publicidade, das negociações internacionais, do esporte, da moda, todas imersas em contextos altamente globalizados. Entretanto, um breve olhar para o passado nos lembrará de que o fenômeno não é novo, já que português do Brasil Colônia incorporou um extraordinário número de vocábulos estranhos à língua de Camões – os indianismos e africanismos –, instaurando um hibridismo que não só daria origem a intermináveis discussões entre escritores portugueses e brasileiros, aqueles acusando estes de conspurcarem o idioma comum, como inauguraria entre nós uma cultura de aceitação ao “estrangeiro” que só fez se acentuar com o decorrer do tempo.

Nos anos 1920, encontramos numerosos estrangeirismos dicionarizados, como acontece na obra de João Ribeiro já citada (1926), dos quais *all right*, *negligé*, *champignon*, *Cognac*, *entrées*, *entrain*, *entrepreneur* (treinador), *flagranti delictu* (flagrante delito), *mistress* são apenas em poucos exemplos. Justificando essa inclusão, assim diz o autor, na apresentação do dicionário:

Particularmente certas vozes e expressões estrangeiras que a todo momento deparam os livros e periódicos da nossa língua, foram e deviam ser registradas. Pareceu-nos que seria excessivo e descabido escrupulo expurgar-as do léxico vernáculo, quando é certo que elas figuram no léxico de nossa literatura (1926, p. v).

Do ponto de vista do não-dito, fica evidente na fala de João Ribeiro uma antecipação defensiva a possíveis restrições à presença de palavras estrangeiras em sua obra, como se depreende de “seria excessivo e descabido escrupulo expurgar-as do léxico vernáculo”, justificativa que vem amparada em dois argumentos: o uso generalizado (“livros e periódicos”) e freqüente (“a todo momento”), e a abonação literária (“figuram no léxico de nossa literatura”).

Quanto aos brasileirismos, tratados como se estrangeirismos fossem, diz o autor que sua obra

recebeu accrescimos especiaes: foram registradas milhares de vozes dialetaes, provincianismos de Europa, Asia, Africa e principalmente America. Os brasileirismos constituem o mais completo dos léxicos vernáculos, ainda que sob fórma breve e synthetica, como convinha á natureza e dimensões d'este livro (1926, p. v).

Discursivamente relevante é o fato de que João Ribeiro, no mesmo texto de apresentação, postula que a edição sob sua responsabilidade é mais qualificada do que a anterior porque “o texto antigo estava eivado de brasileirismos de redacção que na maior parte, acreditamos, desappareceram nesta revisão mais cuidada”. Ou seja: brasileirismos, definidos por ele como provincianismos, são, talvez, excentricidades, bizarrices, que importa conhecer, mas não se deve utilizar. Além disso, não há qualquer menção à presença de palavras do português do Brasil em textos literários, muito menos sua abonação, como ocorre com os estrangeirismos. Mesmo havendo, naquele momento, já quase um século de literatura brasileira!

Queiramos ou não, o fato é que a evolução tecnológica, tendo aproximado os povos, criou condições inéditas para a circulação de saberes. Nesse contexto, como acontece com outras mercadorias, quem mais pode – econômica, política e culturalmente – mais exporta. E as palavras e expressões estrangeiras vão circulando livremente, não-gramaticalizadas, não-sistematizadas do ponto de vista fonético e, sobretudo, gráfico, de certa forma à semelhança do que ocorria com a língua portuguesa recém-separada do galego-português. De quantas grafias dispunha o homem medieval para registrar “não”? Não, nã, nam, nôm, naum? E o homem contemporâneo, para dizer/escrever “e-mail”? e-mail, i-mail, i-meil, email, emeil, imeil? Embora aquelas fossem vernáculos e estas não, o problema lingüístico configura-se o mesmo.

Do ponto de vista meramente lingüístico, sabe-se que a inserção de palavras estrangeiras no idioma baseia-se em dois modelos: importação direta, com a manutenção de elementos da língua-fonte, como em “top-model”, “sex-appeal”, e substituição, com a adoção de traços da língua-receptora, como em “gânster”, “abajur”, opções cuja adoção depende de fatores variados, como o sentimento dos usuários em relação ao empréstimo ou à língua-fonte, o efeito discursivo do vocábulo, o modo como circula na mídia, o tratamento dado pelos cronistas, etc. Há, ainda, a possibilidade de criar um substitutivo de formação vernácula, como no conhecido caso de “ludopédio” para “foot-ball”, mas esta não obtém sucesso porque a norma consuetudinária é sempre mais forte do que as leis produzidas em gabinete.

A questão que antecede as definições de ordem linguística, entretanto, é de ordem política: quais as conseqüências da lexicalização de palavras estrangeiras que circulam no vocabulário dos falantes do português? Qual o grau de aceitação que o dicionarista deve imprimir a essa inserção?

O tema é polêmico, e o que cabe aqui é apenas instigar reflexões, sinalizando o rumo que a questão toma hoje no Brasil. Para isso, faremos um breve exame do tratamento dado aos estrangeirismos em dois dicionários contemporâneos: o *DELP – Dicionário essencial da língua portuguesa* (1999), organizado por Volnyr Santos, e o *Dicionário de palavras e expressões estrangeiras* (2004), de Luís Augusto Fischer.

Ambas as obras ocupam-se do registro de palavras e expressões estrangeiras a partir de um corpus colhido em textos de ampla circulação, como jornais e revistas, registro esse que constitui um posicionamento pró-ativo de acolhimento às palavras importadas, na medida em que a presença destas no dicionário “as legitima, e sua adaptação constitui um ato de integração, não de rejeição” (Rey-Delesalle, 1970, p. 26).

Nesse sentido, os dois autores vêem os estrangeirismos como um fato natural, seja porque a língua se modifica permanentemente, seja porque “as pessoas, independentemente de suas circunstâncias, gostam de privilegiar o novo, sentindo-se valorizadas ao usar um termo recente e expressivo” (Santos, 1999, p.25). Sobre tudo, é necessário acompanhar os novos tempos; aliás, pondera Fischer, “a civilização brasileira, que se caracteriza como aberta, disponível para o mundo, negociadora, incorporadora, em parte apenas por haver sido e ser periferia do sistema internacional mas em parte por uma espécie de temperamento forjado ao longo do tempo, por que deveria se fechar justamente na língua?” (2004, p. 8-9)

Nesse particular, Fischer explicita uma posição não-maniqueísta:

não se deve pensar ou agir de modo simples, em equações do tipo nós *versus* eles. Nem esse “nós” é tão claro assim (no Brasil se falam outras línguas, que só não têm mais força porque os índios perderam muito de seu fôlego com a dizimação antiga e o descaso de todos os tempos; e Getúlio proibiu, nos anos 30, o ensino em alemão, italiano, japonês e o que mais houvesse, o que fez com que muita gente, eu inclusive, deixasse de ter uma segunda língua familiar) nem esse “eles” é unívoco (Fischer, p. 8).

Especificamente no que tange aos objetivos, os dicionários em análise apresentam funções diferenciadas. O propósito do DELP¹ é repensar a “desordem ortográfica” que se instaurou com a adoção indiscriminada de estrangeirismos, garantindo a funcionalidade da língua e preservando o idioma pela fixação da ortografia (p. 25-26). Nessa medida, cada verbete contém como entrada a forma estrangeira, seguida do gênero, pronúncia na língua-fonte, origem, significado, grafia proposta para o português e frase exemplo. Esta representação gráfica é o grande diferencial desta obra, já que não só empresta ao estrangeirismo uma feição vernácula como neutraliza as variáveis.

Essa preocupação com a dicionarização da forma vernacularizada é também a de Bidermann-Pasques e Humbley (1995, p. 58), ao defender, para a língua francesa, a “harmonização gráfica dos estrangeirismos a partir do princípio da vernacularização dos grafemas segundo modelos já testados, seja no nível do morfema, do vocábulo, ou da locução, e o princípio da introdução de uma acentuação apropriada ao sistema do francês, porque o alinhamento das formas gráficas facilita a integração dos vocábulos na língua e constitui um dos recursos da criatividade lexical, hoje como no passado”.

O mesmo objetivo subjaz aos estudos de Masson (1995, p. 70), que investigou comparativamente a grafia de palavras estrangeiras exóticas nos dicionários Petit Larousse (1993) e Petit Robert (1992), mostrando a existência de um expressivo número de estrangeirismos com grafia diferenciada, ou ainda, dupla ou tripla grafia em uma mesma obra, como em “pogrom/pogrome”, “shantung/chantung”, “scheik/cheik/cheikh”, “narguilé/narghilé/narguileh”.

Quanto aos objetivos do dicionário de Fischer, ele os sintetiza assim: “procurei compreender e ordenar, na seleção dos termos, na pesquisa e redação dos verbetes, o mundo à minha volta, na forma de escrever a explicação das palavras que me, nos cercam, e que muitas vezes nos oprimem por sua, para nós, obscuridade” (p. 8). E acrescenta: “Procurei escrever para um leitor que, como eu, quisesse saber o básico para se movimentar neste mundo: o que significa, como se formou, como se pronuncia. O leitor comum, meu irmão, meu semelhante” (p. 10).

¹ Os estrangeirismos são apresentados, no DELP, em ordem alfabética, em capítulo separado, tendo o restante da obra uma feição semelhante aos dicionários destinados a escolares.

Além das informações de conteúdo, o que interessa a esse autor é orientar a adequada pronúncia dos estrangeirismos, contemplando a realidade fonológica dos falantes do português.

Para breve análise do tratamento dado aos estrangeirismos nas duas obras, selecionamos uma mesma entrada:

REMAKE. M. (rimeik). (ingl.) Em televisão ou cinema, refilmagem. [Rimeique] Os rimeiques, hoje, são um sinal de que os melhores filmes já foram feitos (Santos, 1999).

REMAKE – O verbo to make, inglês, significa “fazer”, donde to remake se traduz por “refazer”. Como substantivo, entrou no mundo brasileiro pela mão dos Estados Unidos, onde o termo se usa há décadas para designar especialmente “refilmagens”, portanto a “refação” de filmes – e no Brasil aconteceu de algumas telenovelas serem refeitas, como Selva de Pedra, primeira edição em 1972 e segunda em 1986. Se diz |ri-MÉIC| em inglês, com o “r” rosnado, e a gente diz |rri-MÉI-qui| por aqui (Fischer, 2004).

A primeira evidência é a de que ambos os textos se mantêm compatíveis com os objetivos e com a relação escritor-leitor pretendida. O primeiro informa o necessário e consolida o aporuguesamento do xenismo – seu objetivo expresso – reforçando-o pela inserção da nova grafia em frases. Já o segundo, por suas características, possibilita observações mais pontuais. Em primeiro lugar, vê-se que a palavra “remake” não foi trazida, e sim “entrou pela mão dos Estados Unidos” – e não apenas entrou na língua portuguesa, mas no “mundo brasileiro”. Em segundo, a expressão “refação”, sendo uma construção “ad hoc” bem-humorada, que usa recursos familiares ao falante, e a alusão às novelas, sabida paixão nacional, em combinação com expressões coloquiais como “rosnado” e “por aqui” dão o toque de cumplicidade entre todos: autor, leitor e, por que não, falantes nativos de “remake”. O efeito é de acolhimento à palavra, embora seu sinônimo “refilmagem”, consolidado como bom português (a seu tempo, também um estrangeirismo) dê perfeitamente conta do significado. Mas, afinal, não “somos abertos, disponíveis para o mundo, incorporadores, negociadores” (Fischer, 2004, p. 8)?

Retrocedendo aos textos introdutórios dos dicionários em estudo, constata-se que ambos os autores mostram observadores críticos da realidade que os circunda. Ao abordar a presença de estrangeirismos na língua, Santos argumenta que as palavras importadas estão em toda parte, “gerando, na cidade ou no campo, anomalias lingüísticas como, por exemplo, *Restaurante do Gringo’s* ou, mais localizadamente, o salão de barbeiros chamado *Cabellu’s*

(1999, p. 24). Por sua vez, Fischer demonstra que o inglês vem ocupando espaços antes de domínio do francês, já que ninguém mais fala “nouveau riche” hoje, preferindo ou o maiâmico “social climber” ou o nacional “emergente”). Acrescenta que essa ocupação é, por vezes, “mais que vocabular, gramatical, seja na versão chique, com os *sale* e os *off*, seja na versão pobre, como aqueles apóstrofos patéticos, *Silva’s*, ou com a inversão da ordem portuguesa, de *Bar e Restaurante Silva* para *Silva Bar e Restaurante* (2004, p. 10).

Interessante observar, aqui, essa reserva dos autores em relação ao uso não-autorizado do estrangeirismo, que vai de uma adjetivação técnica, “anomalia lingüística” (Santos), a um enfático juízo de valor: “versão pobre”, “apóstrofos patéticos” (Fischer). Também é curioso constatar que não merece reparo, nem é patética, para este autor, a utilização de um absurdo (em nosso entendimento) “*social climber*” em lugar do velho e bom “*novo rico*” (também este um galicismo já incorporado!), ou do emergente “*emergente*”, mas colocar um apóstrofo em “*Silva*”, sim. Talvez as razões para tal juízo estejam na idéia de que as criações neológicas, para serem legítimas, devem ser referendadas por uma elite, sobretudo intelectual. O que, afinal, não representa novidade, apenas a reafirmação de que as formações ideológicas constituem o substrato sobre o qual se constroem as formações discursivas de que nos apropriamos para significar/ressignificar nossos valores, nossas crenças, nossas verdades. E de que essas formações estão de tal forma arraigadas em nós que, por mais esforço – real e bem-intencionado – que façamos para instaurar um discurso libertário, ainda assim permanecemos assujeitados à nossa história individual e/ou à História coletiva.

De todo modo, Santos e Fischer – e de resto qualquer estudioso que se ocupe de fenômenos lingüísticos associados ao sistema de valores dos falantes de uma língua – como homens-professores-em-consonância-com-seu-tempo, expõem-se à análise de seus pares – inclusive a esta – por terem a coragem de viver e descrever este tempo, com suas contradições, seus encontros e desencontros, procurando interferir no mundo, cada qual a seu modo, a partir de sua circunstância. Já se fazia hora; afinal, há séculos se sabe que *por a invenção das cousas, a que he necessário darlhe seus vocábulos* (Nunes Leão, 1606).

Nossas provocações – também elas um recorte operado a partir de uma visão de mundo particular mas comprometida com um contexto maior – terão alcançado seu objetivo se lograrem provocar um estranhamento em relação à visão ingênua de que as obras

lexicográficas, por seu caráter aparentemente neutro, são meras ferramentas de consulta. Ao contrário, e felizmente, elas dizem – de nós e de nossos mundos – para além, muito além do que informam. Basta ter olhos para ver.

Referências

BIDERMANN-PASQUES, Liselotte; HUMBLEY, John. La réception de mots anglais dans les journaux français: propositions d'harmonisations graphique de mots d'emprunt anglais. *Langue Française*. Paris, Larousse, décembre, 1995. p. 57-66

BUZON, Christian. Dictionnaire, langue, discours, idéologie. *Langue Française – dictionnaire, sémantique et cultura*. Paris, Larousse, sept. 1979, p. 27-45.

FIORIN, José Luiz. *Lingüagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1990.

FISCHER, Luís Augusto. *Dicionário de palavras e expressões estrangeiras*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

GIRARDIN, Chantal. Contenu, usage social et interdits dans le dictionnaire. *Langue Française – dictionnaire, sémantique et cultura*. Paris, Larousse, sept. 1979, p. 84-99.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KATZ, J. *Semantic theory*. New York: Harper & Row, 1972.

MASSON, Michel. À propôs des variations orthographiques des mots d'origine exotique. *Langue Française*. Paris, Larousse, décembre, 1995. p. 66-76

NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2002.

———. Lexique et langue nationale. Éléments d'histoire de la lexicographie au Brésil. *Langages – L'hyperlangue brésilienne*. Paris, Larousse, juin 1998. p. 8-27.

PINHEIRO, Eduardo. *Dicionário da língua portuguesa*. Porto – Lisboa: Livraria Figueirinha, s.d.

REY, A.; DELESALLE, S. Problèmes et conflits lexicographiques. *Langue Française – dictionnaire, sémantique et cultura*. Paris, Larousse, sept. 1979, p. 4-27.

RIBEIRO, João. *Novo dicionário encyclopedico ilustrado de língua portuguesa*. Rio – Paris: Garnier, 1926.

SANTOS, Volnyr (org.). *DELP – dicionário essencial da língua portuguesa*. Porto Alegre: Rigel, 1999.